

ESCOLA SALESIANA SÃO JOSÉ
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Escola Salesiana São José.

A/C: Administradores

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Escola Salesiana São José (entidade) que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos FLUXOS de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às empresas de pequeno e médio porte, e entidade sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa e ou cessar suas operações, ou

não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas


conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas 15 de abril de 2021.

Atenciosamente,


Prof. Dr. Marcos Francisco Rodrigues Sousa
Contador - CRC 1SP167515/O-0
Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda.
CRC 2SP010626/O-4



Escola Salesiana São José

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.619.397	1.652.606	Empréstimos e Financiamentos	12	4.008.817	3.577.114
Anuidades a Receber	5	2.521.551	772.490	Fornecedores	13	91.192	217.801
Contas a Receber de Partes relacionadas	6	-	6.142	Contas a Pagar de partes relacionadas	6	4.200.000	2.400.000
Estoques	7	93.367	96.604	Tributos a Pagar	14	368.106	375.745
Tributos a Recuperar	7	376.578	-	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	1.013.904	942.792
Adiantamentos Fornecedores	8	11.170	14.689	Adiantamentos de Mensalidades e Anuidades	16	1.534.856	1.762.126
Outras contas a receber	8	414.483	108.573	Outros Valores a Pagar		-	-
		5.036.546	2.651.104			11.216.875	9.275.578
Ativo não Circulante				Passivo não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos	12	939.369	-
Conta a Receber de Clientes		-	-	Fornecedores	6	1.830.844	3.111.674
Tributos a Recuperar		-	-	Contas a Pagar de partes relacionadas	13	1.134.262	1.361.282
Tributos Diferidos	9	197.522	26.327	Tributos Diferidos		-	-
Depósitos Judiciais		-	-	Outros Valores a Pagar		-	-
Outras Contas a Receber		-	-	Provisões para Contingências	16	196.912	246.391
		197.522	26.327			4.101.387	4.719.347
Propriedades para Investimentos	10	-	-	Total do Passivo		15.318.262	13.994.925
Imobilizado	10	147.019.936	148.813.222				
Intangível	11	51.740	62.219	Patrimônio Líquido			
		147.269.198	148.901.768	Patrimônio Social		23.190.133	26.388.348
				Outras Reservas		-	-
				Superávit ou Déficit Acumulado		(626.008)	(3.605.058)
				Ajustes de avaliação patrimonial		114.423.357	114.774.657
				Total do Patrimônio Líquido		136.987.482	137.557.947
Total do Ativo		152.305.744	151.552.872	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		152.305.744	151.552.872

As notas explicativas são partes integrantes das

Demonstração do Resultado do Exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	2020	2019
Receitas das Atividades Educacionais	18	17.572.534	16.556.018
Contribuições de Anuidades Escolares		21.791.472	21.251.115
Outras Contribuições Educacionais		61.657	192.203
Devolução de Anuidades		(78.403)	(51.883)
Bolsas de Estudo - Parciais		(418.490)	(595.338)
Bolsas de Estudo - Integrais		(2.804.507)	(2.847.262)
Bolsas de Estudo - Acordo coletivo		(1.332.815)	(1.236.584)
Demais gratuidades concedidas		(46.380)	(156.232)
Contribuições e Doações Voluntárias		400.000	
Outras Receitas		1.954.938	1.747.700
Aluguéis		787.248	1.209.319
Recuperação de Despesas		394.482	40.488
Outras receitas		773.208	497.893
Total de Receitas		19.527.472	18.303.718
Custo dos Serviços Prestados		(10.199.463)	(11.895.580)
Com Programas / Atividades de Educação	19	(10.199.463)	(11.895.580)
Superávit Operacional Bruto		9.328.009	6.408.138
Despesas operacionais	20	(7.264.158)	(7.765.020)
Salários		(3.145.374)	(2.793.400)
Encargos Sociais		(228.835)	(349.884)
Impostos e Taxas		(122.471)	(144.899)
Aluguéis		(574.513)	(238.101)
Serviços contratados de terceiros		(560.222)	(1.008.885)
Material de uso e consumo		(156.404)	(481.897)
Despesas gerais		(1.615.049)	(1.939.108)
Perdas Diversas		(282.991)	(82.898)
Provisão para Contingências		(78.002)	(127.594)
Outras despesas operacionais		(500.297)	(598.353)
Depreciação de ativos		-	-
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDO	16	(2.689.859)	(2.248.175)
Receitas Financeiras		673.023	488.593
Despesas Financeiras		(3.362.882)	(2.736.768)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		(626.008)	(3.605.058)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Escola Salesiana São José

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Patrimônio Social	Superávit ou Déficit Acumulado	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2019	27.848.246	-3.829.011	115.125.956	139.145.191
Déficit do Período	-	(3.605.058)	-	(3.605.058)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(351.299)	(351.299)
Transferência de Déficit do período	(1.459.898)	3.829.011	-	2.369.114
Em 31 de dezembro de 2019	26.388.348	(3.605.058)	114.774.657	137.557.948
Transferência de Déficit	(3.605.058)	3.605.058	-	-
Superávit / Déficit do Período	351.299	(626.008)	(351.299)	(626.008)
Ajuste de avaliação patrimonial	55.542	-	-	55.542
Em 31 de dezembro de 2020	23.190.131	(626.008)	114.423.358	136.987.482

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Escola Salesiana São José

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora	
	2020	2019
Superávit / (Déficit) do Exercício	-626.008	-3.605.059
Ajustes do LUCRO (prejuízo) líquido		
Provisões para Contingências	78.002	127.594
Depreciação e Amortização	1.871.854 -	1.960.900
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	-690.910,39 -	-385.050
Baixa de Ativos Imobilizados	- -	18.807
Juros incorridos de Empréstimos e Financiamentos	- -	279.657
Superávit / (Déficit) Ajustado	632.938	-1.603.152
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais		
Anuidades a Receber	-1.365.691 -	74.374
Valores a Receber de Partes Relacionadas	- -	369.273
Estoques	3.238 -	13.374
Adiantamentos Fornecedores	9.661 -	13.812
Outras Contas a Receber	1.630 -	51.637
Impostos a Recuperar	-376.578,43	-
Depósitos Judiciais	-171.195 -	33.696
Fornecedores	-126.609 -	-1.379.874
Tributos a Pagar	-227.021 -	-212.963
Obrigações Sociais e Trabalhistas	63.474 -	-23.159
Adiantamentos de Mensalidades e Anuidades	-227.270 -	286.637
Outros Valores a Pagar	- -	-37.963
Pagamentos de Processos e ACORDOS judiciais	-127.481 -	-139.408
	- -	-
Caixa Líquido (aplicado nas) gerado pelas Atividades Operacionais	-1.910.905	-2.553.716
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compra de Ativo Imobilizado	-12.547 -	-349.475
Compra de Ativo Intangível	- -	-84.785
Venda de Ativo Intangível	- -	-
Créditos Concedidos às Partes Ligadas	- -	-
Recursos Recebidos pela Venda de Bens	- -	-
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos	-12.547	-434.260
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Obtenção de Empréstimos	2.108.539 -	3.272.558
Obtenção de Empréstimos - Partes Relacionadas	- -	-
Quitação de Empréstimos	-218.296 -	-300.000
Arrendamento Mercantil Liquidados	- -	-
Caixa aplicado nas Atividades de Financiamentos	1.890.243 -	2.972.558
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa, Líquidos	-33.209	-15.417
Caixa e equiv. de caixa no início do período	1.652.606	1.668.023
Caixa e equiv. de caixa no fim do período	1.619.397	1.652.606
Variação no Caixa e Equivalente de Caixa	-33.209	-15.417

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Escola Salesiana São José, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, à Av. Almeida Garret, 267 - Jardim N. S. Auxiliadora, CEP. 13087-290, de caráter educacional, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (C.N.P.J.) sob o nº 46.066.296/0001-44, foi constituída sob a forma de Sociedade Civil sem Fins Lucrativos, tendo como objetivo principal a prestação de Serviços Educacionais de nível Infantil, Fundamental, Médio e Técnico, a concessão de subsídios a obras sociais e a prática de filantropia. A Entidade promove atividades de Assistência Social em sua sede através do Centro Profissionalizante Dom Bosco.

As Demonstrações Contábeis incluem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e Demonstração dos Fluxos de Caixa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas notas explicativas.

A autorização para a emissão das Demonstrações Contábeis foi dada pela Diretoria em 14 de abril de 2021.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais vêm sendo aplicadas de modo consistente e uniforme em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de Preparação e Apresentação

As demonstrações contábeis estão preparadas em conformidade com o CPC PME (R1) - NBC TG 1000 (R1), aprovado pela Resolução CFC Nº 1.255/09, que requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento, por parte da administração da Entidade, no processo de aplicação das políticas contábeis, e também a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1), aplicável às Entidades Sem Finalidade de Lucros, com as práticas

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

contábeis adotadas no Brasil, bem como a legislação fiscal e tributária. Estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são as provisões para contingências (Nota 16), a determinação das vidas úteis do ativo imobilizado (Nota 9) e a avaliação das condições socioeconômicas para concessão de bolsas de estudos e gratuidades (Nota 3).

2.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.5. Contas a Receber

Referem-se a direitos a receber de alunos pela contraprestação de serviços educacionais, deduzido de estimativa para Perdas, constituída para fazer face aos valores incobráveis por inadimplência dos devedores.

Para a constituição de provisão perdas a entidade adota o seguinte critério: a) Para os títulos vencidos que estão em cobrança judicial ou extrajudicial há mais de 5 anos, reconhece uma estimativa de perda de 50%; b) Para os títulos em aberto entre 3 a 5 anos, reconhece uma

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

estimativa de perda de 30%; c) Para títulos vencidos a menos de 3 anos, não há estimativa de perda.

Especificamente para os títulos vencidos em 2020 devido ao cenário de pandemia, adotou-se o critério de provisionar 100% dos títulos que não foi realizado acordo até 31/03/2021.

2.6. Propriedades para investimento

Refere-se à participação na compra, em conjunto com outras entidades do GRUPO SALESIANO, de um terreno para construção do Campus Maria Auxiliadora do Liceu Coração de Jesus em Americana - SP.

2.7. Impostos a recuperar

Referem-se ao processo nº 5008201- 59.2018.4.03.6105 que está em tramite perante a 02a Vara da Justiça Federal de Campinas - SP para a restituição dos valores pagos PIS s/folha de pagamento dos meses de agosto/2016 à julho/2020, devido a decisão do juiz determinando imunidade tributária para escola (processo judicial nº 0008507-80.1999.4.03.6105 (Ação Declaratória de Imunidade de Contribuições Sociais).

2.8. Imobilizado

Inicialmente registrado ao custo de aquisição. A mensuração subsequente dos edifícios e terrenos está apresentada pelo custo atribuído (*deemed cost*).

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9, reconhecidos no resultado do exercício e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, estando sujeitos à análise sobre sua recuperabilidade.

Os ganhos e as perdas em alienação são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas operacionais.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.9. Intangível

Avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Está representado basicamente por licenças de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo dos softwares para sua utilização. Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos softwares para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do software. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas.

2.10. Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de “Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.11. Matrículas e Anuidades Recebidas Antecipadamente

Como prática de negócio e mercado de atuação da Entidade, as matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se ao final do exercício social em curso. Consequentemente são reconhecidas como anuidades antecipadas, no Passivo Circulante. As mensalidades de períodos subsequentes recebidas antecipadamente pela Entidade no exercício social em curso serão reconhecidas no Resultado do Exercício, de acordo com o regime de competência.

2.12. Fornecedores e Contas a Pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como Passivo Circulante (vencimento até 12 meses) e Passivo Não Circulante (vencimento após 12 meses).

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.13. Impostos e Contribuições a Recolher

Referem-se às retenções de contribuições e impostos na folha de pagamento, sobre pagamentos de serviços a pessoas físicas e jurídicas, bem como demais tributos inerentes a manutenção das atividades da entidade, cujo vencimento ocorrerá em até 12 meses.

2.14 Provisões para Contingências

A Instituição efetua o reconhecimento de provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos) quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e seja provável a saída de recursos necessária para liquidar a obrigação, bem como o valor tiver sido estimado com segurança.

2.15. Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como Circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como Não Circulantes.

2.16. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, os Ajustes da Avaliação Patrimonial e o Déficit do exercício corrente, o qual, após apreciação e autorização de sua Diretoria em Assembleia Geral, será incorporado ao Patrimônio Social.

2.17. Aplicação de Recursos

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os recursos da Entidade são aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado por suas despesas e seus investimentos patrimoniais.

2.18. Imunidade Tributária

Uma vez que a Entidade não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente no País os recursos para manutenção de seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune de impostos federais e estaduais incidentes sobre seu patrimônio, sua renda e seus serviços (Constituição Federal, artigo 150, e Código Tributário Nacional, artigo 14).

2.19. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

2.20. Reconhecimento de Receitas e Despesas

A receita de serviços inclui mensalidades, matrículas, taxas de inscrições em cursos e vestibulares e outras prestações de serviços, sendo registrada no mês em que os serviços são prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A receita é apresentada líquida dos abatimentos e descontos e das devoluções de serviços.

Os custos e despesas estão sendo registrados pelo princípio de competência do exercício. As gratuidades concedidas estão sendo apresentadas na Nota nº 3 e se encontram em conformidade com a Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/2013 e Decreto Nº 8.242/2014.

3. Concessão de Gratuidades

Composição das Gratuidades - Educação

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Abaixo apresentamos a memória de cálculo das Bolsas de Estudo concedidas no ano de 2020, efetuadas com base na Lei 12.101 de 2009, atualizada pela Leis 12.453 de 2011, 12.868 de 2013, 13.043 de 2014 e 13.650 de 2018, regulamentada pelo Decreto 8.242 de 2014.

A Portaria nº 15 de 11 de agosto de 2017 do MEC, que regulamentou a concessão do CEBAS e a forma de contabilizar as bolsas de estudo e demais detalhes relacionados, alterou a forma de contagem das bolsas concedidas, tanto de 100%, 50% e vários outros parâmetros importantes, dentre eles, a base de cálculo para aferição do mínimo de bolsas legalmente exigíveis. O cálculo a seguir é pautado nos ditames contidos na Portaria 15 do MEC de 2017.

Análise de Bolsas de Estudo Concedidas		
Descrição	Quantidade	Legenda*
Número de alunos matriculados	1323	M
Número de bolsas Convenção Coletiva	80	Bne
Número de alunos com bolsas de 100% que não se enquadram na Lei 12.101 de 2009	6	Bne
Número de alunos inadimplentes há mais de 90 dias em 2020 que não renovaram matrícula em 2021	65	Ai
Número de alunos pagantes	1172	$N = M - Bne - Ai$
Número total de alunos com bolsa de 100% com perfil socioeconômico aferido/Lei 12.101 de 2009	217	Io
Número total de alunos com bolsa de 50% com perfil socioeconômico aferido/Lei 12.101 de 2009	28	P
 Checagem dos requisitos legais:		
		 Conclusão
a) Proporção $9 \times 1 = (N/10)$	117	OK
Quantidade de bolsas integrais de acordo com a Lei 12.101 de 2009	217	OK
Proporção $9 \times 1 = (I \geq N / 10)$	Atendido	
b) Proporção $5 \times 1 = (N/6)$	195	OK
Número de bolsas equivalentes $(Io + 1,2 \times Id + 1,4 \times It + 0,5 \times P + Bc)$	231	OK
Proporção $5 \times 1 = (N / 6) \leq (Io + 1,2 \times Id + 1,4 \times It + 0,5 \times P + Bc)$	Atendido	

*As siglas acima são as mesmas descritas na Portaria e a planilha acima foi programada com os mesmos parâmetros previstos na Portaria 15 do MEC de 2017.

Considerando-se que:

- ✓ o total de bolsas de 100% com perfil socioeconômico concedidas foi maior que a décima parte do número de alunos pagantes.
- ✓ o número total de alunos pagantes atende a formula: $(N / 6) \geq (Io + 1,2 \times Id + 1,4 \times It + 0,5 \times P + Bc)$;
- ✓ A entidade não utiliza bolsas equivalentes a benefícios complementares para cálculo dos índices.

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

- ✓ a concessão de todas as bolsas contabilizadas foi precedida de análise do perfil socioeconômico das famílias, com estudos feitos por assistentes sociais devidamente capacitadas, verificação de documentos e visitas domiciliares, quando pertinente.

A Escola Salesiana São José preencheu todos os requisitos legais e concedeu acima do número mínimo de bolsas de 100%, 50% e benefícios complementares exigidos por lei.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora	
	2020	2019
Caixa	3.000	3.000
Bancos	339	-
Aplicações Financeiras	1.616.058	1.649.606
Total	1.619.397	1.652.606

5. Anuidades a Receber

Circulante	Anuidades a receber	
	2020	2019
Anuidades a receber - ano corrente	1.122.471	537.825
Anuidades a receber - Anteriores ao ano corrente	525.449	268.920
Anuidades - Cobrança jurídica	811.219	1.304.655
Anuidades - Cobrança em poder de terceiros	319.615	40.787
Acordos judiciais	1.442.157	1.021.271
Acordos extrajudiciais	97.900	87.200
(-) Estimativas de perdas em créditos de liquidação duvidosa	(1.797.259)	(2.488.169)
Total	2.521.551	772.490

Em 31 de dezembro de 2020, a análise do vencimento de saldos de anuidades a receber é a seguinte:

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

	31.12.2020	31.12.2019
Vencidos		
Até 365 dias:	1.122.471	537.825
Acima de 365 dias:	3.196.339	2.722.834
	4.318.810	3.260.659
<i>Em cobrança jurídica</i>	2.253.375	2.325.926
<i>Em cobrança administrativa</i>	942.964	396.907
(-) Estimativas de perdas em créditos de liquidação duvidosa	(1.797.259)	(2.488.169)
	2.521.551	772.490

A movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	2.488.169	2.873.219
Adições	-	318.831
Baixas	(690.910)	(703.881)
Saldo final	1.797.259	2.488.169

6. Partes Relacionadas

A Instituição faz parte do grupo de Escolas Salesianas e mantém transações com a unidade do Liceu Coração de Jesus - Campinas onde cede parte do imóvel à atividade de educação de nível superior. Abaixo são demonstrados os valores a receber em 31 de dezembro de 2020.

Ativo Circulante

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Cessão de Espaço Físico	-	6.142

Em 2018, a instituição, através de Convênio Filantrópico de Educação e de Assistência Social, obteve empréstimo junto ao Liceu Nossa Senhora Auxiliadora, como aporte financeiro para a execução de seus objetivos estatutários e a necessidade de Capital de giro no montante de R\$ 5.400.000,00. Em 31 de dezembro 2020, perante o acréscimo de juros, o montante era de R\$ 6.030.844 (5.511.674 - 2019). Abaixo é apresentado as classificações dos valores

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2020	2019	2020	2019
Liceu Coração de Jesus (Empréstimos a pagar)	4.200.000	2.400.000	1.830.844	3.111.674
TOTAL	4.200.000	2.400.000	1.830.844	3.111.674

7. Tributos a recuperar

Os saldos para o grupo em 31 de dezembro são demonstrados a seguir:

Tributos a recuperar	2020	2019
Pis s/folha a recuperar	376.578	-
Total	376.578	-

8. Outras contas a receber

Os saldos para o grupo em 31 de dezembro são demonstrados a seguir:

Circulante	2020	2019
Outras contas a receber		
Cartão de Crédito - Banco Safra	-	100.185
Cartão de Crédito - Rede	407.725	-
Cheques em custódia bancária	-	-
Cheques em custódia jurídica	-	-
Despesas antecipadas	6.758	8.388
Total	414.483	108.573

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

9. Depósitos judiciais

Os valores são referentes aos processos trabalhistas e cíveis nos quais a Escola Salesiana São José é ré. Os saldos para o grupo em 31 de dezembro são demonstrados a seguir:

Depósitos Judiciais	2020	2019
Processos trabalhistas	8.183	8.183
Processos cíveis	189.339	18.144
Total	197.522	26.327

10. Ativo Imobilizado e Propriedades para investimento

Imobilizado	Controladora						
	Benfeitorias	Terrenos	Máq. e Equipos	Veículos	Audio Visual	Material pedagógico	Equip Inform
Saldos em 1º de janeiro de 2019	14.888.859	114.997.318	46.137	6.369	48.116	30.912	
Aquisições	284.187	-	2.668	-	22.043	-	
Baixas	-	-	(1.437)	-	(642)	-	
Transferências	(9.644.415)	2.108.340	-	-	-	-	
Depreciações	(1.096.818)	-	(8.817)	(6.369)	(9.797)	(5.593)	(
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.431.814	117.105.658	38.552	-	59.721	25.319	
Aquisições					30.153		
Baixas							
Transferências							
Depreciações	(908.689)		(7.810)		(12.653)	(5.593)	(
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.523.125	117.105.658	30.742	-	77.221	19.726	

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

11. Ativo intangível

A movimentação referente ao grupo, e saldo em 31 de dezembro, é apresentada a seguir:

Intangível	Controladora
	Softwares
Saldos em 1º de janeiro de 2019	77.726
Adições	84.785
Baixas	11.247
Transferências	-
Amortizações	(89.046)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	62.219
Adições	18.298
Baixas	4.217
Transferências	-
Amortizações	(32.994)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	51.740

12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos em sua totalidade se referem a linha cheque empresarial utilizada pela empresa para aplicação de recursos em suas atividades normais. Os saldos em 31 de dezembro para o grupo são apresentados a seguir:

Empréstimos e Financiamentos	Contrato	Conta Corrente	Passivo Circulante		Moeda	Garantias
			31.12.2020	2019		
Linha - Cheque Empresarial - Banco Itaú	67000440247	44024-7	3.355.270	3.419.200	Real	Não há
Linha - Cheque Empresarial - Banco Itaú	67000655000	65500-0	3.549	35.069	Real	Não há
Linha - Cheque Empresarial - Banco Safra	10001293682	58924	-	122.845	Real	Não há
Inspetoria Salesiana de São Paulo	Mútuo	-	650.000	-	Real	Não há
Total			4.008.819	3.577.114		

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

13. Fornecedores

Os saldos em 31 de dezembro para o grupo são compostos em sua quase totalidade de títulos a vencer em 2021. Os valores são apresentados a seguir:

Fornecedores	Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019
Nacionais	91.192	217.801
Construções em andamento	-	-
Total	91.192	217.801

14. Tributos a pagar

Os saldos mais relevantes se referem às execuções Fiscais junto à Prefeitura Municipal de Campinas, julgada e com perda do processo. Negociação e pagamento em andamento com a Prefeitura Municipal de Campinas, a Curto e a Longo Prazo. Os saldos em 31 de dezembro são apresentados a seguir:

Circulante		
Tributos a pagar	2020	2019
IPTU a recolher	266.175	264.117
PIS, COFINS e CSLL retidos	506	1.046
ISS a recolher	42	1.202
PIS a recolher	-	13.707
COFINS a recolher		
IRRF sobre salários a recolher	101.289	95.033
IRRF a recolher	94	227
INSS retido a recolher	-	413
Total	368.106	375.745

Não circulante		
Tributos a pagar	31.12.2020	31.12.2019
IPTU a recolher	1.134.262	1.361.282
Total	1.134.262	1.361.282

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

Obrigações sociais e trabalhistas	Controladora	
	2020	2019
Salário a Pagar	350.865	314.506
Férias a Pagar	420.177	410.092
Pensão Alimentícia a Pagar	809	258
INSS a Recolher	77.006	66.907
FGTS a Recolher	104.651	86.969
FGTS S/Férias	32.428	32.807
PIS S/Férias	2.312	4.101
Contribuições Sindicais	1.258	1.462
Empréstimo Consignado	24.398	25.690
Total	1.013.904	942.792

16. Adiantamentos de mensalidades e anuidades

Adiantamentos de mensalidades e anuidades	2020	2019
Mensalidades Antecipadas	592.035	573.780
Mensalidades Antecipadas - Exercício seguinte	179.163	192.122
Anuidades - Exercício Seguinte	758.252	990.819
Encargos financeiros	5.406	5.406
Total	1.534.856	1.762.126

17. Provisões para contingências

A entidade realizou provisões em montante considerado suficiente para todos os processos apontados pelos assessores jurídicos como risco de perda provável. A seguir apresentamos um quadro resumido dos valores contabilizados:

Provisões	31.12.2020	31.12.2019
Cíveis	124.998	46.996
Trabalhistas	71.914	199.395
Total	196.912	246.391

A seguir são apresentadas as movimentações inerentes as provisões:

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	46.996	199.395	246.391
Adições	-	78.002	950	78.952
Compensação com depósitos judiciais	-	-	-	-
Pagamentos	-	-	(128.431)	(128.431)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	124.998	71.914	196.912

Segundo os assessores jurídicos, os processos possíveis de perda foram estimados em R\$ 2.044.014, os quais nenhuma contabilização é requerida conforme seção 21, NBC TG 1000 (R1).

17. Isenções usufruídas

A Escola Salesiana São Jose é uma Entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda (com base no artigo 150 da Constituição Federal) e isenta do recolhimento da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes:

Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos, recolhidos mensalmente.

Cota Patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - isenta dessa contribuição, possuindo o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A última renovação protocolada foi efetuada em 04/05/2018, por meio do processo 23000.014956/2018-21, e está em análise pelo Ministério da Educação. Em 19 de março de 2018, o secretário da regulação e supervisão da educação superior, por meio da portaria 177/2018, efetuou o cancelamento da certificação da entidade para o período 01/01/2001 a 31/12/2003. Em adição, em solicitação de renovação do certificado no ano de 2012, por meio do processo 23000.012191/2012-08, o Ministério da Educação efetuou o indeferimento do pedido em 24 de agosto de 2018, por meio da portaria nº 586/2018. Ressalta-se que o jurídico responsável pela entidade entrou com recurso em ambos os casos, e estão em processo de diligência.

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

COFINS - em relação a essa contribuição, a MP nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de Fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o Artigo 12 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições e doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e a manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional. A isenção das contribuições previdenciárias usufruídas nos exercícios está composta dos seguintes valores:

Descrição	31.12.2020	31.12.2019
Cota Patronal do INSS	2.359.859	2.450.656

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Entidade estão sujeitos a revisões futuras por parte das autoridades fiscais em prazos legais de prescrição variáveis, consoante com a legislação específica.

18. Receitas líquida dos serviços prestados

	31.12.2020	31.12.2019
Anuidades Escolares	21.588.782	20.543.346
Anuidades Pleno	124.288	655.885
Outras taxas escolares	15.277	35.971
(-) Bolsas de estudo		
(-) Bolsas parciais (50%)	(257.753)	(389.051)
(-) Bolsas parciais (100%)	(2.804.507)	(2.847.262)
(-) Bolsas acordo coletivo	(1.332.815)	(1.236.584)
Outras contribuições educacionais		
M. Didático - CPDB - Apoio Bolsistas	5.402	20.650
Vale Transp. - CPDB - Apoio Bolsistas	20.297	103.558
Uniformes - CPDB - Apoio Bolsistas	16.290	5.027
Lanches - CPDB - Apoio Bolsistas	4.392	26.998
(-) Demais gratuidades concedidas		
M. Didático - CPDB - Apoio Bolsistas	(5.402)	(20.650)
Vale Transp. - CPDB - Apoio Bolsistas	(20.297)	(103.558)
Uniformes - CPDB - Apoio Bolsistas	(16.290)	(5.027)
Lanches - CPDB - Apoio Bolsistas	(4.392)	(26.998)
Demais gratuidades	(160.737)	(206.288)
Outras contribuições		
Contribuições e Doações Voluntárias	400.000	
Receitas	17.572.534	16.556.017

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

19. Custos dos serviços prestados

Custo dos serviços prestados	2020	2019
Salários	7.221.337	7.974.546
Encargos Sociais	589.150	581.770
Impostos e Taxas	32.504	72.139
Materiais	28.041	73.294
Depreciação e Amortização	1.871.854	1.914.688
Água	198.076	685.637
Energia Elétrica	258.501	586.286
Outros gastos		7.220
Total	10.199.463	11.895.580

20. Despesas operacionais

Despesas operacionais	2020	2019
Salários	3.145.374	2.793.400
Encargos Sociais	228.835	349.884
Impostos e Taxas	122.471	144.899
Aluguéis	574.513	238.102
Serviços contratados de terceiros	560.222	1.008.886
Material de uso e consumo	156.404	481.898
Perdas Diversas	282.991	82.898
Provisão para Contingências	78.002	127.594
Despesas gerais		
<i>Gastos médicos</i>	993.362	930.902
<i>Gêneros alimentícios</i>	76.251	383.308
<i>Anúncios e publicações</i>	238.897	265.795
<i>Telefone</i>	103.745	98.441
<i>Demais despesas gerais</i>	202.795	260.662
Outras despesas operacionais		
<i>Convênios filantrópicos</i>	480.000	480.000
<i>Outras operacionais</i>	20.297	118.353
Total	7.264.158	7.765.020

Notas Explicativas da Administração

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

21. Encargos Financeiros Líquidos

Receitas (Despesas) Financeiras	Controladora	
	31.12.2020	31.12.2019
Receitas Financeiras:		
Rendimentos de Investimentos	40.610	94.109
Descontos Obtidos	1.252	3.612
Juros Ativos	631.161	390.871
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(68.832)	(72.164)
Juros e Comissões Bancárias	(559.663)	(103.757)
Juros Passivos	(9.431)	(978.510)
Descontos Concedidos	(1.882.912)	(1.431.695)
Variação Monetária Passiva	(804.966)	(103.868)
IOF	(37.078)	(46.774)
Resultado Financeiro Líquido	(2.689.859)	(2.248.175)

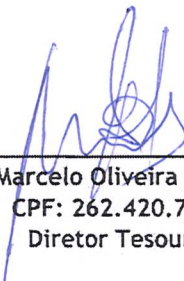
22. Cobertura de seguros

A Entidade mantinha coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2020, com valor considerado pela Administração da Entidade suficiente para cobrir eventuais riscos de responsabilidades e sinistros inerentes a seus ativos de valores relevantes.

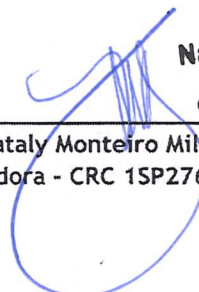
ESCOLA SALESIANA SÃO JOSÉ



Pe. Alexandre Luís de Oliveira
CPF: 173.922.868-54
Diretor Presidente



Ir. Marcelo Oliveira dos Santos
CPF: 262.420.728-74
Diretor Tesoureiro



Nataly Monteiro Milanez
Contadora
CRC: 1SP276220/O-6
CPF: 334.047.218-10
Nataly Monteiro Milanez
Contadora - CRC 1SP276220/O-6